

Teses ao 12º CTE SINPRO-DF

Reviravolta na Educação

CSP-CONLUTAS

Teses Ao 12º CTE SINPRO-DF



Elaboração: Coletivo REVIRAVOLTA NA EDUCAÇÃO
(Grupo do magistério que reivindica a
Central Sindical e Popular – CSP- Conlutas)

Sistematização: Professor Antonio Guillen

Diagramação: Professor Edson da Silva

Julho de 2022



Sumário:

1. *Conjuntura: a crise econômica capitalista está levando mais miséria à classe trabalhadora que luta e resiste.*
2. *Defesa da Educação Pública e Gratuita, Democrática, Laica e Socialmente Referenciada.*
3. *Organização e Estrutura Sindical;*
4. *Plano de Lutas.*

1 - Conjuntura: a crise econômica capitalista está levando mais miséria à classe trabalhadora que luta e resiste.

O 12º CTE deveria ter sido realizado no início do semestre para contribuir na organização da campanha salarial, na luta contra Bolsonaro e seu aliado Ibaneis. Criticamos a organização do Congresso centrado em palestras, com pouco espaço para a base apresentar propostas: todas as teses inscritas terão apenas 30 minutos de apresentação nos três dias do Congresso!

Mesmo com as limitações ao debate, ousamos contribuir apresentando à categoria nossas teses, que são críticas às concepções da atual diretoria do Sinpro-DF e da CUT.

Vivemos o aprofundamento da crise da sociedade capitalista que arrasta o magistério público do DF, a classe trabalhadora, à degradação das condições de existência, com reformas que retiram direitos, precarizam o trabalho, dificultam a aposentadoria e diminuem o poder de compra dos salários.

O papel do Brasil na Divisão Mundial do Trabalho, imposta pelo imperialismo, é de exportador de commodities com menor valor agregado (soja, minérios etc.) .A decadência é maior e o país se aproxima de uma colônia, entrega setores com maior desenvolvimento tecnológico para as multinacionais se concentrando em setores de baixa tecnologia, se desindus-

trializando. Avança a expansão agrícola, a indústria extrativista e os ataques aos povos originários.

A submissão do país ao imperialismo ocasiona o rebaixamento das condições de vida: pandemia, destruição da natureza, guerras e a fome de milhões. Enquanto piora as condições de vida do povo, os 1% mais ricos passaram a abocanhar mais de 50% da riqueza nacional. São frequentes as notícias de esquemas de corrupção envolvendo os governantes e os empresários.

Os brutais assassinatos de Bruno Pereira e Dom Phillips expressam o avanço predatório das madeireiras, mineradoras e do agro, sob a proteção do governo Bolsonaro.

A classe trabalhadora tem reagido com lutas, cresce a insatisfação com a maioria em ruptura, em oposição ao Governo Bolsonaro. No mundo, o povo ucraniano enfrenta Putin e seu plano de impor uma ditadura, roubar territórios e riquezas da Ucrânia para os capitalistas russos. Devemos estar ao lado da resistência ucraniana Nem tropas russas, nem EUA, União Europeia e OTAN! Por uma Ucrânia livre e soberana para a classe trabalhadora. No Equador, os recentes levantes dos indígenas estão à beira de colocar para fora o presidente Lasso.

As eleições estão ameaçadas por Bolsonaro, questiona as

Conjuntura: a crise econômica capitalista está levando mais miséria à classe trabalhadora que luta e resiste.

urnas eletrônicas e cria confusão para questionar o resultado eleitoral, visa implementar ações autoritárias para impor uma ditadura militar. Diante do crescente armamento da ultradireita é tarefa dos trabalhadores, de suas entidades organizarem a autodefesa, para se defender da violência da patronal e do estado através da auto-organização coletiva.

A classe dominante conseguiu até o momento canalizar para o terreno eleitoral a insatisfação social. A classe trabalhadora tem lutado, mas suas lutas permanecem isoladas, as grandes centrais sindicais não organizam nenhum plano de lutas nacionais, nenhum chamado a uma mobilização ou greve geral, enquanto os governos federal, estadual, o Congresso Nacional, e os patrões desferem ataques como as privatizações e os constantes aumentos no preço dos combustíveis e alimentos. A direção majoritária do movimento sindical e popular, submissa, freou qualquer processo mais amplo de mobilização para derrubar Bolsonaro já!

Essa lógica de não construir e unificar as lutas se vincula à unidade com setores da burguesia nas eleições. Devemos debater uma saída política para o país, não se contentar com a frente ampla de Lula-Alckmin, batalhar pela independência da classe trabalhadora frente aos patrões e seus governos. A experiência demonstra que esse tipo de governo retira nossos direitos e prepara novas derrotas. Sem aliança com ini-

migos, precisamos de um plano econômico que enfrente o sistema financeiro, não pagando a dívida pública, taxando as grandes fortunas, estatizando 100% a Petrobrás, destinando os recursos para atender as demandas dos trabalhadores. É preciso avançar na conscientização da necessidade de um governo socialista dos trabalhadores com democracia.

Bolsonaro começou o ano cortando 800 milhões da educação. Junto com o Congresso Nacional, aprofundou a reforma trabalhista, resultando no aumento do desemprego, na precarização, redução dos salários e direitos. Com a reforma da previdência, implementada por Ibaneis, aumentou nossa contribuição mensal para 14%. A CEB foi privatizada, aumentaram as tarifas e demitiram eletricitários.

Ibaneis, não repõe nossas perdas salariais superiores a 50%. Não realiza concursos públicos com vagas suficientes, precariza a categoria com milhares de contratos temporários. Destrói a educação pública com a militarização das escolas e a perseguição política a estudantes e docentes; com a redução de educadores sociais e na implementação do Novo Ensino Médio.

Conjuntura: a crise econômica capitalista está levando mais miséria à classe trabalhadora que luta e resiste.

2 - Defesa da Educação Pública e Gratuita, Democrática, Laica e Socialmente Referenciada.

A escola pública precisa de mudanças, que devem ser pautadas no debate democrático com a comunidade escolar, na ampliação dos investimentos em educação, ciência e tecnologia, na valorização das trabalhadoras(es), e no desenvolvimento do conhecimento crítico e capacidade criativa dos estudantes. A defesa de uma educação pública de qualidade, vinculada com a vida e o trabalho, com formação universal e única a todos, perpassa pelo questionamento ao atual modelo de sociedade, baseado na exploração e na divisão entre classes sociais. Na contramão disso, a implantação do Novo Ensino Médio vai aprofundar as desigualdades já existentes.

Revogação da contrarreforma do Ensino Médio e da BNCC!

A implantação da Reforma do Ensino Médio - o NEM, decretada por Temer, é um ataque sem precedentes à educação básica e à escola pública. Aprofunda a privatização alegando que vai tornar o ensino médio “mais atrativo” e que os estudantes poderão “escolher” o que estudar, conforme sua área de interesse. Essa escolha precoce já é problemática, pois o estudante teria que definir muito cedo o que quer fazer. Esse discurso é totalmente falacioso! As escolas não irão oferecer

todos os Itinerários Formativos, a escola só é obrigada a oferecer uma opção. O estudante terá que mudar de escola se quiser cursar uma área do conhecimento que a escola não oferece.

Sob o discurso de “modernização”, o MEC e as secretarias da educação estão empobrecendo os currículos. O estudante não terá uma formação geral e completa, as disciplinas são diluídas nas áreas de conhecimento, o currículo é substituído por aulas voltadas para a “motivação”, o “engajamento” e o “empreendedorismo”. Na realidade, os estudantes nem estarão preparados para o ingresso no ensino superior, nem terão formação profissional de verdade.

O objetivo é atender às novas demandas do capital: uma base precária, com currículo flexível, para se adequar à flexibilização e precarização do trabalho. A lógica empresarial vai penetrando até na gestão das escolas, os grupos empresariais vão se apossando mais da educação, elaborando diretamente o currículo, transferindo os recursos públicos para empresas assumirem parte das aulas, promovendo a privatização com uma formação aligeirada e de qualidade duvidosa.

O NEM e a BNCC foram elaboradas por entidades ligadas aos grupos empresariais, como Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação Roberto Marinho e etc, que através do

Todos pela Educação, estão determinando a política educacional brasileira conforme seus interesses.

Os filhos dos ricos, esses sim, poderão ter acesso a todas as áreas do conhecimento e muito mais. Para os filhos dos trabalhadores, restará o currículo empobrecido, a falsa promessa de um futuro melhor, acentuando as desigualdades educacionais é um crime contra a juventude trabalhadora e a escola pública.

Contra a militarização de escolas! Em defesa da Gestão Democrática!

As escolas militarizadas não cumpriram as promessas que fizeram. Não melhoraram os índices do IDEB, não conseguem impedir brigas nas escolas. Aumentam o desrespeito aos docentes, o racismo, a exclusão e até assédios sexuais. A maioria dos casos são causados pelos próprios militares.

A militarização estigmatiza as escolas públicas, fazendo-as parecer como antros de jovens criminosos, “caso de polícia”; perseguem docentes que ousem desenvolver consciência crítica dos estudantes e fazem das escolas centros de reprodução das políticas militaristas, golpistas, reacionárias dos grupos políticos-partidários por ora no poder.

Defesa da Educação Pública e Gratuita, Democrática, Laica e Socialmente Referenciada.

Contratos temporários: expressão dos ataques à escola pública.

O número de contratações temporárias disparou: aproximadamente chegou-se a 11 mil professoras em 2021. Em muitas escolas, são mais de 80%, das professoras e educadoras sociais, expressão da precarização das condições de trabalho do magistério. A estratégia é pagar menos para o mesmo tipo de trabalho, os objetivos são a destruição da educação pública e enfraquecer a luta do magistério.

A maioria dos temporários trabalha há anos, mas recebe apenas a hora aula, baseada no piso salarial, uma remuneração distante do mesmo número de anos trabalhado no plano de carreira. Não têm direito ao atestado de acompanhamento por motivo de saúde. Muitas trabalham doentes, pois os atestados com mais de 15 dias levam à ruptura do contrato.

A contratação via concurso combate a precarização e melhora o trabalho pedagógico, pois professoras temporárias não têm lotação fixa, dificultando a sequência do trabalho pedagógico, a troca constante fragiliza o processo ensino-aprendizagem.

3 - Organização e Estrutura Sindical

As recentes eleições para a diretoria do sindicato demonstraram o refluxo, as derrotas das greves, o processo de burocratização, o distanciamento da direção da base. Isso se expressou no mais baixo número de votantes da história: 8.349 votos no total, 4 mil votos a menos que na eleição anterior (12 mil votantes aproximadamente). Ocorre um retrocesso, milhares se desfiliaram do sindicato nos últimos anos e é baixa a sindicalização dos contratos temporários. A diretoria conseguiu avançar na burocratização do sindicato, transformando as reuniões dos delegados sindicais e assembleias regionais em órgãos apenas consultivos. Acabaram com a participação da base na comissão de negociação da campanha salarial, impediram a base e a oposição de falar em algumas assembleias, passaram a usar seguranças para controlar o acesso ao som e controlaram ferreamente a lista de oradores.

A direção do sindicato prima por um “sindicalismo” que não discute com a categoria a real dimensão dos seus desafios, não eleva a consciência de classe, nem a unidade da categoria ou a mobilização necessária. As consequências disso

são a degradação das nossas condições de trabalho, greves derrotadas, divisão na categoria, ausência de organização nos locais de trabalho e o avanço da precarização do trabalho.

O 12º CTE pode não servir para impulsionar nossa luta e se transformar em comício: nas palestras só vemos a presença de uma “única”, posição, sem o direito ao contraditório. Na mesa de conjuntura só a CUT terá a palavra, não estarão presentes os representantes de outras centrais sindicais que constroem a luta e têm militantes na categoria como a CSP-Conlutas e a CTB.

Queremos um sindicato democrático, controlado pela categoria, com capacidade de nos unir, independente dos governos, que aposte na mobilização, com greves eficientes para conquistar nossa pauta de reivindicações.

A unidade é fundamental para nossa vitória, ela será forjada com a mais ampla democracia e participação, acabando com o autoritarismo e a manipulação. Esse caminho gera confiança, pois a categoria sente que expressa suas opiniões e decide o que fazer. É contraditório estimularmos a pedagogia crítica, incentivar os estudantes a democrática-

mente questionarem, expressar opiniões, sugestões e não agirmos assim no sindicato. É contraditório denunciarmos o autoritarismo dos governos e sermos autoritários no sindicato.

Assim, propomos:

- *Democratizar a lista de inscrição dos que falam na Assembleia*, permitindo mais participação de oradores que não são da diretoria. A assembleia é o organismo mais democrático do sindicato e tem que permitir a expressão da base. A diretoria já tem pleno acesso à palavra, dirige a mesa e deve ter um tempo especial para expressar sua opinião.
 - Debater o uso do *sorteio para definir as oradoras(es) na assembleia*. Atualmente quem faz a inscrição são membros da diretoria que seletivamente excluem os que são críticos aos seus encaminhamentos;
 - Suspender o uso de seguranças intimidadores que impedem o acesso ao carro de som, à mesa da assembleia. A diretoria, os delegados sindicais, têm plenas condições de organizar democraticamente o acesso à mesa, conhecem a categoria, suas principais ativistas, membros das diversas correntes sindicais que ajudam na luta e organização;
-

Repudiamos o cerceamento do debate nas assembleias gerais.

- Retomar o critério de escolha da *Comissão de Negociação da campanha salarial, formada paritariamente por cinco membros escolhidos pela diretoria e cinco membros da base* eleitos em assembleia.
- Fazer uma *campanha de sindicalização, inclusive entre os contratos temporários.*
- *Democratizar o Orçamento do sindicato*, permitir que as delegadas sindicais decidam como aplicá-lo;
- Eleger delegadas sindicais e representantes de turno nos locais de trabalho e *considerar as reuniões de delegadas sindicais deliberativas;*
- Fortalecer as assembleias e a organização regional dos delegados sindicais;
- Sugerir que *a maioria das oradoras em assembleias e reuniões sejam mulheres*, como expressão da ampla maioria feminina da categoria;
- Comandos de greve com maioria da base;
- Abrir o debate sobre o balanço da filiação do Sinpro-DF à CUT e a qual Central devemos nos filiar;

4- Plano de Lutas

Na recente campanha salarial, nossa diferença com a diretoria foi que a diretoria apostou apenas nas negociações! Convocou uma assembleia por mês, uma após a outra, sem construir um plano de lutas que pressionasse Ibaneis a apresentar uma recomposição salarial decente. A história demonstrou novamente que negociação sem luta forte, não conquistamos nossas reivindicações: saímos com uma proposta insuficiente distante das nossas perdas, de 50%. Também não conquistamos mais vagas nos concursos públicos e não foi garantido aos aposentados o aumento do vale alimentação.

Devemos combinar a luta por nossas reivindicações específicas, com as lutas nacionais, para enfrentar os governos e o Congresso Nacional que retiram nossos direitos e não atende nossas reivindicações. Para sermos vitoriosos é necessário apoiar as lutas, as greves, capaz de colocar a classe trabalhadora como protagonista.

Devemos exigir das direções das centrais sindicais, entre elas a CUT, a qual o SINPRO-DF é filiado, a unificação das lutas, a construção de mobilizações nacionais e a preparação de uma greve geral nacional. Com um plano de lutas, é possível exigir a aplicação de medidas que realmente atendam

aos interesses do povo e rompam com a lógica da exploração capitalista.

Precisamos de um "Programa Emergencial dos trabalhadores para Saída da Crise"! A redução e congelamento dos preços dos alimentos e combustíveis; aumento salarial, revogação das reformas trabalhista e da previdência; a redução da jornada para gerar empregos; em defesa dos serviços públicos e das empresas estatais; reestatização das empresas privatizadas; estatização de 100% da Petrobrás; imposto sobre grandes fortunas; contra a reforma administrativa; estabilidade no emprego para todos os trabalhadores; apoiar a campanha pelo despejo zero, a luta contra o marco temporal e as demandas dos povos indígenas.

Fora Bolsonaro e Mourão já! Fora Ibaneis,
aliado de Bolsonaro!

Defendemos a convocação de uma greve geral nacional por tempo indeterminado caso Bolsonaro tente qualquer tipo de golpe de estado!

Defendemos o conjunto da pauta de reivindicações da categoria, destacamos a necessidade de deter os ataques que tiram nossas conquistas.

- Por uma Educação Crítica, Humanista, Livre de Mordaças, Opressões, e Pré-conceitos, Laica, Democrática, Inclusiva, a serviço e sob controle dos trabalhadores e do povo!
- Fim da militarização de escolas e reversão das escolas militarizadas!
- Exigir mais vagas em concursos públicos, a contratação efetiva imediata de mais servidoras do Magistério, todas as conquistas sejam estendidas às professoras temporári- as, direito ao Atestado de Acompanhamento e que os con- tratos não sejam rescindidos por motivos de saúde!
- Reposição salarial, isonomia com a média salarial das carreiras de nível superior do GDF, meta 17 do Plano Dis- trital de Educação – PDE; incorporação das gratificações; pagamento do retroativo da última parcela do reajuste de 2015; equiparação do valor do auxílio-creche e do vale-alimentação aos valores pagos aos servidores da CLDF; mais vagas nas creches para as filhas(os) de professoras mães.
- Extensão de nossas conquistas aos aposentados: paridade efetiva entre ativos e aposentados. Pagamento das pecúni- as e do valor do auxílio alimentação!
- Revogação da lei do teto de gastos e da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal. Em defesa de serviços públicos para o povo.

Mulheres trabalhadoras em luta contra a violência, o machismo e o capitalismo!

O machismo, o racismo, a lgbtfobia são funcionais para o capitalismo, é usado para rebaixar salários, retirar direitos e economizar com o trabalho doméstico não remunerado. Servem também para dividir a classe trabalhadora, jogando um setor contra outro. Temos que unir nossa classe, o machismo deve ser combatido todo dia, temos que ganhar o conjunto da sociedade, inclusive os homens, no combate a toda forma de opressões. Defendemos a prestação de toda assistência jurídica para garantir o respeito aos direitos humanos e à diversidade. Combater o assédio às professoras, orientadoras, gestoras, estudantes e dedicar um trabalho específico de combate à violência de gênero nas escolas e outros órgãos da SEDF.

Em defesa das Cotas! Abaixo o racismo! A Lei de Cotas de 2012, prevê que o programa seja revisto no prazo de dez anos da publicação da norma. Corremos o risco da revisão da lei acabar com as cotas, aumentando o racismo e a desigualdade social. Está ameaçado o acesso ao ensino superior de estudantes pretos, pardos, indígenas, de pessoas com deficiência e dos que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas. Devemos fazer uma campanha em defesa das cotas para negros e negras, de acordo com a proporção

deles e delas segundoo Censo do IBGE nas Universidades, no Mercado de Trabalho, nos Serviços Públicos e Mídias!

Venha fazer parte da Reviravolta na Educação!

Um grupo de profissionais do magistério que contribuem para organizar a categoria para a luta.

Queremos mudar a forma de agir do sindicato, somos oposição à diretoria do Sinpro.

Entre em contato:

whatsapp 61 98487 0896 -

Facebook: @ReviravoltaDF -

Instagram: @reviravoltanaeducacaodf